

## Uma defesa da NATO

Diana Soller | *Observador* | 20 de novembro de 2021

Que o mundo mudou profundamente, já ninguém tem quaisquer dúvidas. Também ninguém questiona o facto de o poder ter migrado para o Indo-Pacífico, com a ascensão da China e a reorganização americana do seu papel de potência do Pacífico, atestado por um conjunto de parceria mais ou menos informais, mas cada vez mais sólidas, mais militarizadas e mais assertivas.

Já se conhecia, desde Obama, a vontade política (e necessidade geopolítica) dos Estados Unidos apontarem baterias para a Ásia. Mas os últimos anos têm deixado comentadores, especialmente noutras partes do mundo, atónitos com a rapidez com que se construíram ou reconstruíram alianças, pactos, parcerias informais. Em pouco tempo investiu-se no reforço da relação com países como o Japão, a Coreia do Sul ou o Vietname e na sedimentação do Diálogo Quadrilateral de Segurança entre os EUA, a Índia, a Austrália e o Japão. Recentemente, a administração Biden afastou bruscamente a França de Camberra para criar o AUKUS (Pacto de Defesa entre os Estados Unidos, Reino Unido e Austrália) suportado pelo *Five Eyes*, que pela sua natureza é pouco referido. Trata-se de uma parceria de partilha de inteligência formada durante a II Guerra Mundial e mantida até hoje entre cinco dos principais países da Commonwealth, que dá, literalmente, a volta ao mundo e abraça a região do Pacífico (inclui Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia). Concorde-se ou não com a estratégia, a China parece cada vez mais cercada por aquilo que Biden chama “like-minded states”, democracias “diferentes” mas com valores similares, a contrair os músculos contra um inimigo comum.

Perante este cenário é cada vez mais legítimo perguntar: e a Aliança Atlântica? O que é que deve ser a NATO num contexto internacional que a torna solitária e periférica? A resposta não é fácil, mas é urgente, uma vez que está em curso o processo de reformulação do Conceito Estratégico. Há decisões difíceis de tomar, mas determinantes para o futuro da Aliança. Realço três.

A primeira é a natureza ideológica da NATO. Joe Biden fez juras continuadas relativamente ao Artigo V, mas tornou-se claro que quer algo em troca: uma NATO anti-chinesa. Na visão da nova administração, o mundo está dividido entre democracias e autocracias, e o berço da comunidade das democracias tem de fazer parte integrante dessa ordem. Não parece que em Washington se espere que a Aliança Atlântica esteja na primeira linha de defesa contra Pequim, mas é legítimo esperar que esteja na retaguarda, a guardar um espaço regional que não deixou de ser conflituoso.

Também é preciso um acompanhamento da retórica americana e um distanciamento diplomático de Pequim por parte dos países da NATO. A União Europeia pode continuar a afirmar que quer ter autonomia na decisão, mas pertencer a uma Aliança assimétrica de defesa implica influenciar mais do que decidir, especialmente quando a potência

central entra em confronto com um adversário que é cada vez mais visto pela diplomacia norte-americana como uma ameaça vital.

A segunda, é a necessidade de concertar as relações entre o Reino Unido e a França. O golpe AUKUS e a arrogância britânica perante um presidente tendencialmente gaulista e humilhado são tudo menos boas notícias. Se, por um lado, parece que Biden percebeu isso – e que o Eliseu fará a Casa Branca pagar com juro o seu deslize diplomático – por outro, a Grã-Bretanha, na sua nova estratégia global, insuflou-se de um poder que não tem e põe em risco relações das quais precisa. Só há dois países europeus que podem ter importância no Indo-Pacífico: a França e o Reino Unido. É preciso espaço para os dois, caso a NATO queira ter qualquer relevância militar para os EUA.

O que nos leva ao terceiro ponto, e o mais complicado de resolver. A NATO é – ou deve ser – uma aliança global ou regional? A Aliança Atlântica tem problemas que cheguem na vizinhança próxima para se sobre-estender. Veja-se o exemplo da “ameaça híbrida” da imigração ilegal transportada pela Bielorrússia para as fronteiras da Polónia. Ou – convém nunca esquecer – a ameaça permanente e cada vez mais difusa colocada pela Rússia. Em vez de tentar ter todos os papéis ao mesmo tempo, não deveria a Aliança Atlântica preocupar-se com desafios próximos e especializar-se em combater o tipo de conflito difuso que lhe chega da vizinhança? Aliás, essa especialização em ameaças híbridas globaliza-a, bem como a sua pertença a um todo mais vasto que é a uma comunidade de democracias que agora corre os cinco continentes.

Termino com dois elementos muito breves nos quais cabem muitos dos outros. A Europa tem de aprender a viver com o seu declínio. Tem de interiorizar que passou a ter um papel secundário no sistema internacional e que, nesse aspeto particular, não vai haver mudanças significativas. A Aliança Atlântica pode projetar-lhe o poder se houver a humildade de perceber que o centro do mundo passou a ser o Pacífico. Neste novo mundo somos periféricos. E sem aceitar este facto, os países europeus, juntos ou separados, terão sempre muita dificuldade em construir uma política externa equilibrada e adequada ao ser poder no sistema internacional.

O que não isenta os Estados Unidos de terem de trabalhar de forma mais séria na questão da confiança entre as partes. Por muito que Biden faça juras de amor à relação transatlântica, o mandato Trump e a possibilidade de Trump ou alguém com os mesmos princípios ganhar as eleições presidenciais já daqui a três anos obriga a administração a criar garantias quase inquebráveis. E a mantê-las com a firmeza diplomática necessária para não deixar dúvidas.

Os próximos três anos são cruciais porque há duas décadas que não havia tanta atenção americana à relação transatlântica. O que os aliados de um lado e de outro do oceano fizerem disso vai determinar a história da Europa por muito tempo. Não do mundo. Da Europa.

<https://observador.pt/opiniao/uma-defesa-da-nato/>